



CÂMARA MUNICIPAL DE DORESÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 05.608.436/0001-81

Rua Farnésio Paim Pamplona, nº 61, Centro – CEP 37926-000 – Fone/Fax: (0xx37) 3355-1278
Adm.: 2025/2028

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001/2025

**ACRESCENTA OS PARÁGRAFOS 8º A §17, AO ART. 124 DA LEI
ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE DORESÓPOLIS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Doresópolis/MG, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno, propõe a seguinte Emenda à Lei Orgânica:

Art. 1º. O artigo 124 da Lei Orgânica do Município de Doresópolis, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§8º - As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,55% (um vírgula cinquenta e cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§9º - A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no §8º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso I do § 2º do art. 198, da Constituição Federal, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

§10 - É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações oriundas de emendas individuais, em montante correspondente ao limite a que se refere o §8º deste artigo, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165 da Constituição Federal.

§11 - As programações orçamentárias previstas no §8º deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica.

§12 - Quando a transferência obrigatória do Estado, para a execução da programação prevista no §8º deste artigo, for destinada ao Município de Doresópolis, independerá da adimplência do ente federativo destinatário e não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal de que trata o caput do art. 169, da Constituição Federal.



CÂMARA MUNICIPAL DE DORESÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 05.608.436/0001-81

Rua Farnésio Paim Pamplona, nº 61, Centro – CEP 37926-000 – Fone/Fax: (0xx37) 3355-1278
Adm.: 2025/2028

§13 - No caso de impedimento de ordem técnica, no empenho de despesa que integre a programação, na forma do §8º deste artigo, serão adotadas as seguintes medidas:

I - até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;

II - até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

III - até 30 de setembro ou até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

IV - se, até 20 de novembro ou até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III, a Câmara Municipal não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária.

§14 - Após o prazo previsto no inciso IV do §13, as programações orçamentárias previstas no §8º não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do §13.

§15 - Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no §8º deste artigo, até o limite de 0,6% (seis décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§16 - Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no §8º deste artigo poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

§17 - Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.

Art. 2º. Esta Emenda à Lei Orgânica do Município de Doresópolis entram em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Doresópolis, 05 de novembro de 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE DORESÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 05.608.436/0001-81

Rua Farnésio Paim Pamplona, nº 61, Centro – CEP 37926-000 – Fone/Fax: (0xx37) 3355-1278
Adm.: 2025/2028

Reinaldo de Souza Lopes
Vereador/Presidente

Antonio José de Moraes Filho
Vereador/Vice-Presidente

Mara Gomes Freire
Vereadora/Secretária

Geraldo Ferreira Pedrosa Junior
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE DORESÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 05.608.436/0001-81

Rua Farnésio Paim Pamplona, nº 61, Centro – CEP 37926-000 – Fone/Fax: (0xx37) 3355-1278
Adm.: 2025/2028

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Emenda à Lei Orgânica tem como finalidade primordial incorporar ao texto da Lei Orgânica Municipal, de forma clara e mandatória, o mecanismo das Emendas Individuais Impositivas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) do Município de Doresópolis. A proposta visa aumentar a participação do Poder Legislativo na definição das políticas públicas e na alocação de recursos, garantindo que as demandas legítimas da população, representadas por seus vereadores, sejam de execução obrigatória pelo Poder Executivo.

Ao tornar as emendas individuais impositivas, a Câmara Municipal de Doresópolis passa a ter uma participação mais efetiva e concreta no orçamento. Isso garante que as prioridades identificadas pelos vereadores em suas bases, ou seja, as necessidades diretas dos cidadãos, sejam transformadas em ações e serviços públicos.

A Emenda estabelece que as emendas individuais serão aprovadas no limite de 1,55% da Receita Corrente Líquida do exercício anterior. Mais importante, ela determina a destinação obrigatória de metade desse percentual para Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que reforça o compromisso municipal com o setor.

A inclusão do §10 impõe a execução orçamentária e financeira obrigatória dessas programações, coibindo o engavetamento de propostas importantes. Além disso, o §17 define o conceito de Execução Equitativa, assegurando que as emendas sejam tratadas de forma igualitária e impessoal, independentemente da autoria.

Em suma, esta Emenda à Lei Orgânica é um instrumento de aprimoramento democrático e de gestão fiscal, que assegura a alocação de recursos de forma mais justa, transparente e obrigatória, em benefício direto da população de Doresópolis.

Pelo exposto, a Mesa Diretora conta com o apoio dos Nobres Edis para a aprovação deste projeto.

Câmara Municipal de Doresópolis, 27 de outubro de 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE DORESÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 05.608.436/0001-81

Rua Farnésio Paim Pamplona, nº 61, Centro – CEP 37926-000 – Fone/Fax: (0xx37) 3355-1278
Adm.: 2025/2028

Reinaldo de Souza Lopes
Vereador/Presidente

Antonio José de Moraes Filho
Vereador/Vice-Presidente

Mara Gomes Freire
Vereadora/Secretária

Geraldo Ferreira Pedrosa Junior
Vereador